



**CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA  
DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS  
Ata da 1ª reunião, realizada em 2 de fevereiro de 2017**

1 Em 2 de fevereiro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica  
2 Especializada de Atividades Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de  
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo  
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o  
5 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento, representante da SEMAD.  
6 Representantes do poder público: Juneval Geraldo dos Santos, da Secretaria de  
7 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Viviane Gonçalves  
8 Porto Nascimento, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag);  
9 Fernando Antônio de Souza Costa, da Superintendência Federal de Agricultura  
10 em Minas Gerais (SFA-MG) – Ministério da Agricultura, Pecuária e  
11 Abastecimento (Mapa); Enio Resende de Souza, da Empresa de Assistência  
12 Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater); Júlio César da  
13 Silva, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
14 Renováveis (Ibama). Representantes da sociedade civil: Adriana Maugeri e Igor  
15 Lopes Braga, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Carlos Alberto  
16 Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas  
17 Gerais (Faemg); Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos  
18 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Antônio  
19 Eustáquio Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Lucas Amaral de  
20 Melo, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); Emílio Elias Mouchrek Filho, do  
21 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG).  
22 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**  
23 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente João Paulo  
24 Mello Rodrigues Sarmiento declarou aberta a 1ª reunião da Câmara Técnica  
25 Especializada de Atividades Agrossilvipastoris, deu boas-vindas a todos e  
26 comentou sobre a nova estrutura do Sisema, destacando a instalação das novas  
27 Câmaras Técnicas Especializadas. Comentou ainda sobre a importância da  
28 CAP. “Eu tenho a certeza de que vamos ter grandes reuniões e vamos discutir  
29 realmente além dos processos de licenciamento. Esta Câmara tem um papel  
30 fundamental, que é trabalhar e discutir a questão das políticas agrícolas. São  
31 coisas em que nós temos que estar pensando realmente. O setor agrícola tem  
32 uma importância dentro do Estado brasileiro, tem trazido muitas riquezas. E  
33 trazer o setor agrícola dentro dos regramentos ambientais é muito importante, e  
34 vamos discutir isso nesta Câmara.” O presidente também declarou sua  
35 expectativa “muito positiva” em relação ao novo modelo do Sisema, citou a  
36 experiência e o nível de conhecimento dos conselheiros e colocou toda a  
37 estrutura do IEF e da SEMAD e o apoio da Secretaria Executiva à disposição

38 dos membros da Câmara para auxiliar nos trabalhos. Em seguida, cada  
39 conselheiro fez sua apresentação pessoal à Câmara informando o órgão ou  
40 entidade que representa. Ainda na abertura da sessão, o presidente propôs e  
41 obteve consenso dos demais conselheiros para que seja agendada na próxima  
42 reunião uma apresentação, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e  
43 Abastecimento, do Programa Agricultura de Baixo Carbono. “Se a Câmara achar  
44 interessante, poderíamos agendar uma apresentação sobre as ações, como o  
45 pequeno e o grande produtor poderiam estar inseridos no processo”, destacou.

46 **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** O  
47 conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento questionou a Presidência  
48 sobre a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de  
49 Regularização Ambiental (PRA) e manifestou que a Fetaemg, juntamente com a  
50 Faemg, tem se empenhado para que esses instrumentos sejam implantados o  
51 mais rápido possível e defendeu que é fundamental que sejam acolhidos de  
52 imediato no novo sistema de regularização ambiental. O conselheiro propôs  
53 ainda que a apresentação do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC)  
54 não seja limitada a uma exposição geral do programa. “Eu acho que a discussão  
55 aqui tem de evoluir no sentido dessas propriedades que, por iniciativa do  
56 produtor, estão ou serão incluídas no programa ABC, qual é o tratamento  
57 específico que a questão ambiental pode dar a esses imóveis.” O conselheiro  
58 considerou que o programa não tem somente o “componente da produção”. “Eu  
59 observo que o imóvel é incluído no programa essencialmente via crédito e, do  
60 ponto de vista ambiental, não tem nenhum tratamento diferenciado no âmbito do  
61 sistema de regularização ambiental. Eu estou falando em tratamento  
62 diferenciado, não em privilégio.” O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira  
63 ressaltou que a antiga CAP, em 1998 e 1999, teve a função de fazer  
64 licenciamento ambiental de atividades de agricultura e pecuária, que  
65 anteriormente não havia licenciamento ambiental em Minas Gerais e que a  
66 Faemg, junto com a Fetaemg, se orgulha de ter provocado as autoridades, na  
67 época, para que o licenciamento fosse levado para a atividade agropecuária.  
68 “Nós, então, começamos, e depois o sistema modificou-se. E agora está  
69 retornando, e eu vejo com muito bons olhos.” Quanto ao CAR, o conselheiro  
70 registrou as seguintes considerações. “O CAR não é um cadastro em si, para se  
71 preencher nome, endereço e telefone e ir para gaveta. Ele tem o propósito, de  
72 acordo com a lei, de subsidiar as autoridades nacionais para a construção de  
73 um grande programa de organização ambiental, de proteção de florestas, de  
74 combate a incêndios florestais. É um instrumento que teria que ter a maior  
75 utilidade. Mas isso que a lei propõe não acontece como mágica, alguém tem  
76 que pegar e fazer, e esse alguém é o poder público. E nós da Federação da  
77 Agricultura e da Faemg estamos preocupados, porque não temos notícia de  
78 nada do CAR. Eu acho que, se estiver alguma coisa acontecendo e não chamar  
79 o setor agropecuário para participar, nós vamos ter problemas. Porque não se  
80 trata simplesmente de uma obrigação, se trata de um conjunto de

81 procedimentos propostos com os objetivos de que eu já falei. Eu estou vendo  
82 que, como em muitos outros assuntos importantes para Minas Gerais, o poder  
83 público tem se omitido, e isso vai custar caro para nós, para o meio ambiente  
84 como um todo.” O conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho reforçou as  
85 manifestações sobre o Cadastro Ambiental Rural. “Nós temos andado o Estado  
86 inteiro, como atividade particular e como Crea, e o que temos observado é que a  
87 maioria daqueles que fizeram o CAR não sabem para que fizeram. Eles têm o  
88 CAR só como uma exigência ambiental.” O conselheiro questionou se seria  
89 possível a apresentação de uma visão geral de como está o CAR no Estado, a  
90 perspectiva, a qualidade do trabalho realizado e se realmente irá ajudar no  
91 Programa de Regularização Ambiental. “É possível analisar isso, ou são apenas  
92 duas folhas de papel com planta, detalhamento, se inclui reserva legal ou outra  
93 coisa? Eu gostaria de saber isso porque por onde passamos nós somos  
94 questionados por isso.” O presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento fez  
95 um relato sobre a situação do CAR no Estado. “Eu considero o CAR uma das  
96 melhores inovações que surgiram na legislação brasileira nesses últimos  
97 tempos. Eu tenho uma visão do CAR de que vai ser um dos grandes programas  
98 de gestão territorial. Dentro do CAR, nós conseguiremos ter uma visão da  
99 propriedade rural como um todo e de uma forma até mais objetiva do que vários  
100 programas que surgiram. Sabemos das dificuldades e estamos fazendo um  
101 trabalho realmente para que se torne uma ferramenta de gestão muito  
102 importante dentro do IEF e do Sistema de Meio Ambiente. O IEF, junto com  
103 Emater, Faemg, Fetaemg, sindicatos rurais, fez aquela parceria extremamente  
104 exitosa, com a qual foi feita a primeira coisa que era o cadastro. Então, primeiro  
105 foi feito o cadastro. Minas Gerais tem os maiores cadastros, praticamente todas  
106 as propriedades rurais foram para esse cadastro. A segunda etapa é confirmar o  
107 que foi feito. E Minas Gerais adotou o sistema nacional, não criou um sistema  
108 próprio. A última notícia que eu tive é que o módulo de análise do CAR está  
109 finalizado. Eu estou indo, inclusive, no dia 9, à Ufla, que tem toda a chave. Eu já  
110 estive no Serviço Florestal Brasileiro conversando sobre o CAR. Então, nós  
111 temos evoluído. Podem estar achando que fez o cadastro e parou, mas nós  
112 estamos nas questões de elaboração do sistema para fazer a análise. Me  
113 parece que tem uma semana ou dez dias que o Serviço Florestal Brasileiro,  
114 junto com a Ufla, terminou o módulo de análise. Se não fosse através de uma  
115 parceria, daquele movimento que foi feito, em que a Faemg e a Fetaemg e  
116 todos trabalharam, não conseguiríamos atingir essa condição do CAR. Se fosse  
117 só por conta do poder público, não conseguiríamos atingir. Então, estamos  
118 fazendo a efetivação para que realmente, a partir do momento em que tivermos  
119 esse modelo de análise pronto, nós possamos chamar a todos e reorganizar. Eu  
120 concordo que podemos adotar o CAR como sistema de gestão territorial, em  
121 que basicamente todas as informações podem estar contidas nesse documento;  
122 não é só o cadastro. Se não pudermos fazer um cadastro que possa trazer  
123 realmente ganhos para o setor, seria desperdício de dinheiro até para o setor

124 público. Então, nós queremos buscar e realmente tornar um sistema de gestão  
125 territorial. Esse é o objetivo que estamos buscando no CAR. Na semana que  
126 vem, a equipe do CAR e o pessoal de informática estarão conhecendo o projeto  
127 do Mato Grosso do Sul, onde o CAR já é usado, inclusive, para o licenciamento.  
128 Todas as informações solicitadas entram pelo CAR. Já articulamos, e a nossa  
129 equipe está saindo agora. Estamos só viabilizando a questão de recursos. E na  
130 semana que vem o pessoal já vai estar conhecendo o CAR. Já o sistema do  
131 Pará tem uma complexidade totalmente diferente do de Minas Gerais, mas tem  
132 algumas informações interessantes do CAR de gestão territorial. Então, nós  
133 estamos agendando também a visita da equipe para conhecer e aprimorarmos.  
134 Estamos buscando realmente trazer instrumentos. E o que vocês falaram de  
135 que o CAR faça parte do processo de licenciamento eu acho bem interessante.  
136 Inclusive, uma política pública proposta pela CAP. Faríamos um bom documento  
137 para discutir aqui, e a CAP faria uma proposta e encaminharia para a CNR ou a  
138 Assembleia, qual fosse o instrumento que os próprios conselheiros achassem  
139 interessante. Então, é a importância da CAP de discutir, além de licenciamento,  
140 políticas efetivas. Discutindo, nós podemos elaborar uma proposta de lei, DN ou  
141 resolução para que realmente o CAR cada vez mais seja efetivado. Como  
142 diretor do IEF, eu tenho lutado para que o CAR seja realmente um instrumento  
143 de gestão efetiva e que nos dê muita informação. E neste momento estamos  
144 verificando se as informações que entraram são reais. E nós precisamos buscar  
145 uma forma mais ágil para buscar essas informações. Todos os Estados passam  
146 por esse processo do cadastro, do módulo de análise e do PRA. E o PRA é  
147 outro ponto bem interessante com que temos uma preocupação diuturna,  
148 porque vai ter uma demanda muito grande de recuperação de áreas  
149 degradadas, de conhecimento técnico. Desde que assumi o IEF, havia a  
150 proposta de reduzir o número dos viveiros, e eu proibi. Estamos buscando agora  
151 parcerias para recuperação desses viveiros. Quando surgir realmente a  
152 necessidade do produtor rural, seja pequeno, médio ou grande, do setor  
153 florestal, de mudas, nós não vamos ter. Então, temos que estruturar os viveiros  
154 do IEF para ofertar essas mudas. Precisamos hoje de parceria com os setores  
155 para recuperar esses viveiros. O IEF hoje tem 64 viveiros, alguns em estado  
156 razoável, alguns em bom estado e outros totalmente sucateados. E dentro disso  
157 nós temos um projeto buscando parcerias para recuperar esses viveiros, porque  
158 já temos que pensar no PRA agora. Finalizado o módulo de análise, vão haver  
159 essas demandas de mudas, e hoje não temos como atender. O IEF tem  
160 estrutura, vamos trabalhar, os técnicos do IEF têm uma expertise fantástica para  
161 produção de mudas nativas, o IEF faz isso há 55 anos. Então, temos que fazer  
162 essas parcerias para que tenhamos realmente a efetivação desse programa. Se  
163 a Câmara também achar interessante, eu trago a equipe do CAR aqui para uma  
164 apresentação da situação atual.” A conselheira Adriana Maugeri questionou,  
165 especificamente, sobre a situação atual do PRA em Minas Gerais. Presidente  
166 João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “No Estado de Minas Gerais, nós ainda

167 não iniciamos a discussão do PRA. A discussão que nós iniciamos realmente foi  
168 com relação à estruturação para ofertar. Dentro do CAR, nós detectamos 584  
169 mil propriedades rurais. Dessas, em torno de 90% são pequenas e médias  
170 propriedades rurais. Nós já tivemos uma radiografia mais próxima da realidade  
171 de como é a situação fundiária do Estado de Minas Gerais. Porque não  
172 trabalhamos com o PRA ainda? Porque só podemos trabalhar depois de  
173 confirmar os dados que foram apresentados. Tem alguns dados que estão  
174 inconsistentes. O objetivo nosso é que esse programa atinja o nosso escritório  
175 mais distante. Não adianta vir com programas extremamente pesados porque  
176 no interior de Minas isso não vai funcionar. Então, estamos buscando que  
177 venham programas de informática que todos possam ter acesso e que o  
178 escritório do IEF lá na ponta venha dar esse apoio. A nossa ideia é estruturar  
179 para que possamos atender o PRA no momento mais breve possível. E vamos  
180 precisar das parcerias de novo para fazer o módulo de análise, e nós queremos  
181 até o final do ano estar com isso confirmado.” O conselheiro Carlos Alberto  
182 Santos Oliveira propôs que a equipe do CAR fosse à próxima reunião da  
183 Câmara para que possa interagir com os conselheiros, e se colocou novamente  
184 à disposição para contribuir. Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Eu vou  
185 aproveitar a deixa do PRA porque nessa história toda eu acho que o que mais  
186 importa para nós é exatamente a recuperação ambiental. E sabemos que tem  
187 muitas ações que precisam ser desenvolvidas dentro da proposta de  
188 recuperação ambiental, e ações que são esquecidas. Por exemplo, está se  
189 falando da questão dos viveiros. Sabemos do comprometimento, do  
190 conhecimento e do envolvimento do diretor aqui na questão florestal, por sua  
191 atuação há muito tempo, mas também sabemos que os recursos são poucos, e  
192 o resultado com plantio de muda é muitas vezes uma conversa que já  
193 conhecemos há muito tempo e que não é fácil. Uma coisa é fazer plantio de 10,  
194 20, 30, 50 ou 100 mudas, outra coisa é atender um produtor em cujo projeto foi  
195 colocado que tem que plantar 10 mil ou 20 mil mudas. Plantar muda é a coisa  
196 mais fácil que tem, eu quero ver é ela chegar lá em cima. E aí nós tivemos  
197 algumas ações que eu acho que o Estado pode tentar voltar a desenvolver, que  
198 é o programa de proteção de nascentes e veredas, através de cercamento. O  
199 que também não é o que resolve o problema. Porque nós sabemos que a  
200 principal função de recuperação hidroambiental é ter água, e água sem floresta  
201 não temos. Não adianta curva de nível, proteção de nascente e de vereda. Isso  
202 é dar uma remediada para dar satisfação à sociedade ao invés de satisfazer a  
203 sociedade. Então, eu acho que o Estado, através do IEF, poderia tentar resgatar  
204 o programa. Porque em todas essas áreas existem remanescentes de florestas.  
205 Se você proteger, a natureza resolve o problema. Existia um programa no  
206 Estado, que desapareceu, em que o Estado liberava para produtores rurais  
207 materiais para proteção de nascentes e veredas. E isso foi sumindo como uma  
208 nuvem de fumaça e parou de existir. Nós temos um programa em Paracatu, e  
209 eu sugiro apresentar na próxima reunião. Nós conseguimos uma ONG, com

210 apoio de empresa da região, e conseguimos ao longo de alguns anos proteger  
211 90 km de nascentes e veredas. Protegemos mais de 2 mil hectares, construindo  
212 cercas etc. Atendemos mais de 200 produtores rurais, hoje, só com apoio de  
213 uma empresa, em Paracatu. Construimos 15 km de cerca por ano, e temos 45  
214 para os próximos três anos. E tínhamos apoio do IEF antigamente, quando dava  
215 o material. Se continuarmos com esse apoio, com 15 km por ano, nós temos  
216 como fazer 30. Porque a empresa entra com o recurso para a estrutura, toda a  
217 logística, e o Estado daria o material. Eu sugiro procurar em Lavras um doutor  
218 que fez um estudo que comprovou que mais de 70% da morte de corpos de  
219 água são causados pelas estradas rurais. Eu já tentei no COPAM e no CERH  
220 montar uma resolução para criar normas do Estado para construção e  
221 manutenção de estradas rurais. O Brasil tem hoje 1.750 km de estradas, e 1,5  
222 milhão é de estradas rurais. E nós sabemos o que acontece. Se não der para  
223 apresentar o programa, que então vocês entrem no site do Movimento Verde de  
224 Paracatu para ver o que estamos fazendo lá. Pode ser exemplo para outros  
225 municípios, e é o único programa de que eu tive notícia de recuperação  
226 ambiental no Brasil em 2016. Fica essa contribuição, e espero que na próxima  
227 reunião possamos apresentar as ideias do que fazemos lá.” Conselheiro Lucas  
228 Amaral de Melo: “Eu faço parte da equipe do CAR, mais precisamente do PRA.  
229 Eu acho que o maior obstáculo vai ser a verificação dos dados que foram  
230 gerados. Porque um problema que o CAR tem é que ele permite a sobreposição  
231 de áreas. Então, infelizmente, principalmente para pequenos produtores que  
232 não precisam de ART, muitas vezes não é feita nem visita a campo, e isso  
233 permite sobreposição. Nesta semana mesmo, eu vi uma fazenda que tinha três  
234 CARs diferentes, de propriedades diferentes. Esse é um gargalo que tem  
235 benefícios e prejuízos operacionais. O PRA está em desenvolvimento. Dentro  
236 do PRA, vem a constatação dos dados que foram gerados para dar  
237 possibilidade de correção do CAR. E com base nisso, depois das correções, o  
238 PRA vem com a sugestão, através de uma chave de propostas, para sugerir o  
239 que deveria ser feito para recuperação das áreas. Isso, sim, está em  
240 desenvolvimento, mas é preciso constatar os dados que foram gerados. Que  
241 não são poucos. Principalmente, em Minas Gerais. Outra coisa é a questão de  
242 mudas. Eu já fui produtor de mudas, já tive um viveiro. Hoje, não mais. E nós  
243 fizemos um trabalho de tese muito interessante na universidade, que foi o  
244 diagnóstico da produção de mudas de espécies nativas no Estado. Foi o  
245 professor Antônio Cláudio Davi, e eu fazia parte da equipe. Realmente, se  
246 precisarmos de muda hoje no Estado, não tem. Como viveirista e quem trabalha  
247 e leciona na área, eu sei que não tem porque não tem demanda também.  
248 Porque muda nativa é muito cara de se produzir, e produtor viveirista não vai  
249 produzir muda pensando que não vai vender. Uma das questões é a demanda  
250 real. Existe a demanda no papel, mas a real não existe. Acredito que a partir  
251 dessa realidade de demanda apareçam viveiros. Às vezes, sou contra, mas às  
252 vezes a favor de o IEF disponibilizar mudas, porque compete com o produtor de

253 mudas, mas ao mesmo tempo é uma muda mais barata para pequenos  
254 produtores. E ressaltando que é muito fácil plantar muda, porque nós temos que  
255 batalhar, não só fazer o berço dessa muda e plantar, mas todo o aparato para o  
256 plantio de mudas. Então, quando a demanda surgir, nós temos que realmente  
257 pensar em meios para favorecer não só o plantio de mudas, mas todo o  
258 restante, para que tenhamos êxito, com um custo mais baixo possível.”  
259 Conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa: “Sobre a questão da  
260 recuperação de nascentes, eu vi uma palestra no Senar sobre desentupimento  
261 de olhos d’água e nascentes. Houve um questionamento da legalidade de o  
262 produtor poder fazer esse desentupimento. Então, eu gostaria de registrar que  
263 nós temos que viabilizar que o produtor não fique na ilegalidade se ele estiver  
264 com assistência técnica com o objetivo de recuperar e desentupir esses olhos  
265 d’água e nascentes, para poder tentar a questão da produção d’água. Eu vejo  
266 que, além de cercas e das nascentes existentes, nós temos que recuperar as  
267 nascentes que estão entupidas, justamente pelas estradas, pelo uso  
268 indiscriminado de máquinas, pela falta de práticas conservacionistas de solo e  
269 de água, que a agronomia sempre preservou como importante e que se perdeu  
270 no meio desses anos todos. Então, eu gostaria de deixar registrado que há  
271 necessidade de uma regulamentação que permita ao produtor fazer isso.”  
272 Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Quando fomos discutir o  
273 Código Florestal, para alguns do Ministério do Meio Ambiente, o CAR e o PRA  
274 foram concebidos enquanto uma penalização. Porque o Código Florestal  
275 caminhou em um determinado sentido, com alguns normativos, e então para  
276 alguns essa questão foi colocada, na verdade, como uma penalização. Então, é  
277 preciso ter claro que, sobre essa questão do CAR e do PRA, não se consolidou  
278 uma cultura e uma concepção de que isso é instrumento de gestão ambiental  
279 territorial. É como mais uma atribuição, que se faça. A segunda questão: quem é  
280 o protagonista do processo? Graças a Deus, não é universidade. Porque, se for,  
281 não dá certo, em um Estado igual a este, com quase 600 mil imóveis. A  
282 Fetaemg capacitou 700 multiplicadores para fazer CAR para agricultura familiar.  
283 A Faemg capacitou não sei quantos, lançou editais, pagando. Foi feito por causa  
284 disso. Porque outros cobram para fazer. Então, precisa ficar claro. E são 99%  
285 feitos. Essa discussão só pode continuar se for reconhecido quem é o  
286 protagonista. Então, está errado, porque declarou que é autodeclaratório, é a lei  
287 que mandou ser autodeclaratório. E a continuidade tinha que ser no mesmo  
288 ritmo. Eu acompanhei e tenho absoluta certeza de que a maioria está correta.  
289 Eu tenho porque, inclusive, conheço. E aí vai entrar nessa teia de burocracia,  
290 porque ir fazer não foram. Não foram porque o poder público não tem condição  
291 de fazer. Não é culpa de técnico. Mas não tem condição e não tem dinheiro. Nós  
292 assinamos um termo de cooperação com o IEF, de o IEF dar dez cursos de  
293 capacitação, e no quarto parou, porque eles não tinham dinheiro de diária. Nós  
294 temos que mudar essa conversa, tem demandas enormes. Onde eu trabalho  
295 tem demanda enorme. Eu acho que a próxima reunião, com todo respeito ao

296 Tonhão, não é, na minha opinião, para a entidade apresentar o trabalho dele,  
297 porque senão a fila é grande. Eu proponho uma reunião extraordinária com  
298 caráter de reunião pública. Por exemplo, no Comitê do Rio das Velhas, nós já  
299 aprovamos que, para ser incluído no programa – nós temos R\$ 18 milhões para  
300 projetos hidroambientais neste ano –, tem que apresentar o CAR. E vejam bem  
301 a concepção: nós estamos considerando que o CAR apresentado está correto.  
302 Isso é uma decorrência do entendimento da lei. Se a lei falou que é  
303 autodeclaratório, porque o bonzinho aqui vai falar que não é? Inclusive, sem ir  
304 lá. Eu estou falando que tem ator demais para trabalhar. Os agricultores  
305 querem. Se eles não quisessem, alguém acha que teriam sido feitos 99% dos  
306 imóveis. Então, eu proponho uma reunião ordinária ou extraordinária, mas só  
307 para isso. Vamos ampliar o convite, porque nós temos que agregar tudo que é  
308 bom ao processo. Por exemplo, os 3 mil agricultores que estão incluídos no  
309 programa Bolsa Verde, que foram ambientalmente considerados corretos, qual o  
310 tratamento que terão? Qual tratamento vai dar àqueles imóveis que estão  
311 incluídos em programas dentro do IEF em que nós fizemos o CAR? Nós temos  
312 que começar a fazer esse PRA logo. No orçamento do Estado para este ano,  
313 constavam apenas R\$ 202 mil para a gerência do CAR concluir capacitações. É  
314 uma visão equivocada. Nós da Fetaemg aprovamos uma emenda popular de  
315 mais R\$ 500 mil para capacitação do PRA. E junto com a Secretaria de  
316 Regularização Ambiental – eu acho que tem que chamar todo mundo – nós  
317 temos que começar a fazer. A esses processos que estão entrando aqui para  
318 regularização ambiental, qual o tratamento que vai ser dado na ótica do PRA e  
319 do CAR? Se ficarmos esperando, não sei quem ou universidade decidir como é  
320 para fazer, vai terminar o prazo. E os bancos exigem o CAR. E já começou a  
321 conversa de que agora eles querem o PRA para liberar o crédito. Tem que  
322 andar porque na hora que dá errado o único prejudicado é o agricultor. **Reunião**  
323 **sobre o CAR.** Conforme proposta do conselheiro Eduardo Antônio Arantes do  
324 Nascimento, a Câmara aprovou por unanimidade a realização de reunião para  
325 tratar sobre o CAR e o PRA. O conselheiro solicitou que o IEF consolide as  
326 informações sobre a perspectiva de implantação de viveiros, a capacidade do  
327 órgão florestal para produção de mudas, para ser analisado na reunião. “E eu  
328 queria lembrar que no Pronaf nós temos uma linha de recuperação ambiental  
329 em que o crédito para agricultura familiar, para aquisição de mudas ou  
330 montagem de viveiros, tem juro de 1%.” **4) REGIMENTO INTERNO DO**  
331 **COPAM. Apresentação: SEMAD.** Bruno Malta, da Assessoria de Normas e  
332 Procedimentos da SEMAD, fez apresentação do Regimento Interno do COPAM,  
333 destacando as principais diretrizes para o funcionamento dos Colegiados. Ao fim  
334 da exposição, agradeceu a atenção de todos e se colocou à disposição dos  
335 conselheiros para eventuais esclarecimentos. Fernanda Andrade Malafaia, da  
336 Subsecretaria de Regularização Ambiental/SEMAD, complementou a exposição  
337 com as atribuições das Câmaras Técnicas Especializadas destacando as  
338 competências específicas da CAP, bem como as tipologias de atividades,



339 classes e portes de empreendimentos que deverão ser tratados neste  
340 Colegiado. **5) CÓDIGO DE ÉTICA. Apresentação: SEMAD.** Rosa Maria Cruz  
341 Laender Costa, servidora da SEMAD, fez exposição sobre o Código de Conduta  
342 Ética profissional dos agentes públicos e da alta administração. Destacou a  
343 atuação do Conselho de Ética Pública, subordinado diretamente ao governo do  
344 Estado, e das Comissões de Ética de todos os órgãos da administração pública.  
345 No caso do Sisema, informou que são quatro comissões, sendo as Comissões  
346 de Ética do IEF, da FEAM, do IGAM e da SEMAD, cujos integrantes são  
347 indicados pelo dirigente máximo de cada Casa, e que o trabalho é realizado de  
348 maneira independente, atuando com denúncias fundamentadas, e de forma  
349 sigilosa. A representante da SEMAD explicou ainda, para orientação dos  
350 conselheiros, como é realizado o trabalho das Comissões de Ética, detalhando  
351 seu funcionamento, conceitos e forma de atuação. Ao término da exposição, se  
352 colocou à disposição para eventuais esclarecimentos. O conselheiro Antônio  
353 Eustáquio Vieira questionou se há previsão de conduta ética dos  
354 empreendedores para com os agentes públicos e citou um caso da URC  
355 Noroeste de Minas em que um empreendedor chegou a processar um  
356 conselheiro. Nesse sentido, sugeriu que fosse inserida alguma previsão no  
357 Regimento Interno com relação a casos de desrespeito e falta de ética do  
358 empreendedor. O conselheiro propôs ainda encaminhar à SEMAD um caso em  
359 que um conselheiro não concorda com uma decisão da Justiça, para se avaliar  
360 quais seriam as providências cabíveis. Rosa Maria Cruz Laender Costa  
361 esclareceu que existe na legislação a previsão de que o servidor público deve  
362 ser respeitado. Quanto ao caso específico citado pelo conselheiro, a servidora  
363 da SEMAD solicitou que fosse encaminhada uma consulta, para ser respondida  
364 pela comissão de ética, e se incumbiu de apresentar uma resposta  
365 posteriormente. **6) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL DAS REUNIÕES DA  
366 CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE ATIVIDADES  
367 AGROSSILVIPASTORIS DO COPAM. Apresentação: SEMAD.** Aprovada por  
368 unanimidade a agenda anual de reuniões da Câmara Técnica Especializada de  
369 Atividades Agrossilvipastoris, nos termos da proposta apresentada pela SEMAD,  
370 com as sessões previstas sempre em uma quinta-feira, às 9h, nas seguintes  
371 datas: 23 de fevereiro, 30 de março, 27 de abril, 25 de maio, 29 de junho, 27 de  
372 julho, 24 de agosto, 28 de setembro, 26 de outubro, 23 de novembro e 21 de  
373 dezembro. Vânia Mara de Souza Sarmiento, da Assessoria dos Órgãos  
374 Colegiados/SEMAD, esclareceu que a confirmação de cada reunião se dará  
375 somente com a publicação da convocação com até dez dias de antecedência,  
376 no caso de sessão ordinária, e até cinco dias para extraordinária. **7)  
377 PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO  
378 CORRETIVA. 7.1) Claudio Castro Cunha e Outros. Fazenda Lagoa da Capa.  
379 Horticultura (floricultura, cultivo de hortaliças, legumes e especiarias).  
380 Perdizes/MG. PA 4341/2005/003/2015. Classe 5. Apresentação: Supram  
381 Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Processo retirado de pauta com pedido de

382 vista do conselheiro Antônio Eustáquio Vieira. Antes da concessão do pedido de  
383 vista nesta sessão, Thiago Rodrigues Cavalcanti, advogado da Federação das  
384 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), apresentou o relato de vista  
385 concedido aos conselheiros representantes da Fiemg e da Federação das  
386 Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais  
387 (Federaminas) pela Presidência da Unidade Regional Colegiada Triângulo  
388 Mineiro e Alto Paranaíba: “O parecer de vista da Fiemg e da Federaminas é  
389 muito simples. Nós entendemos pela aprovação do processo nos termos do  
390 Parecer Único da Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, por entender que  
391 toda a documentação e todo o trâmite do processo foram feitos de forma correta  
392 e que de forma correta também foi feito o Parecer Único da Supram. A única  
393 sugestão que nós temos é que, quando da elaboração deste parecer, tanto pela  
394 Supram quanto do parecer de vista da Fiemg, não havia ainda sido publicado o  
395 novo decreto que trata da regularização no Estado de Minas Gerais, e foram  
396 dados novos prazos para as Licenças de Operação. Então, nós só pedimos que  
397 seja aplicado o prazo de dez anos para a Licença de Operação Corretiva nos  
398 termos do novo decreto, assim como foi aplicado em outras Câmaras Técnicas  
399 do COPAM nesta semana.” Em seguida, a equipe técnica da Supram se colocou  
400 à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas e respondeu aos  
401 questionamentos registrados pela representação da sociedade civil na reunião  
402 da URC que discutiu o presente processo. A gestora ambiental Emanuelli  
403 Alexandra Prigol de Araújo fez a apresentação do parecer da Supram relatando  
404 os resultados da vistoria realizada pela equipe técnica e esclarecendo todos os  
405 pontos questionados. O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira solicitou que  
406 os relatos apresentados pela Supram sejam anexados aos autos do processo. O  
407 conselheiro Antônio Eustáquio Vieira solicitou cópia dos documentos para que  
408 ele possa considerar em sua análise do processo. **8) PROCESSO**  
409 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**  
410 **CONCOMITANTE COM LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1) Ministério da**  
411 **Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Parques Aquícolas do**  
412 **Reservatório de Furnas. Aquicultura em tanque rede. Carmo do Rio Claro,**  
413 **Campo do Meio, Campos Gerais, Formiga e Guapé/MG. PA**  
414 **17443/2010/003/2015. Classe 5. Apresentação: Supram Sul de Minas.**  
415 Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com  
416 adequação do prazo de validade para 10 (dez) anos, conforme estabelecido no  
417 Decreto 47.137/2017. O conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa registrou  
418 abstenção de voto. **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
419 **REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) Agrocitry Madeiras Ltda.**  
420 **Tratamento químico para preservação de madeira. João Pinheiro/MG. PA**  
421 **16201/2007/005/2016. Classe 5. Apresentação: Supram Noroeste de Minas.**  
422 Licença revalidada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com  
423 adequação do prazo de validade para 10 (dez) anos, conforme estabelecido no  
424 Decreto 47.137/2017. O conselheiro Antônio Eustáquio Vieira se declarou

425 impedido de participar da discussão e votação deste processo. O conselheiro  
426 Fernando Antônio de Souza Costa registrou abstenção de voto. **10) PROCESSO**  
427 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE DE**  
428 **REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 10.1) Alexandre Ribeiro**  
429 **Torres e Outro. Granja Sétimo Céu. Avicultura de postura. Itanhandu/MG.**  
430 **PA 05701/2005/006/2015. Classe 5. Apresentação: Supram Sul de Minas.**  
431 Alteração de condicionante aprovada por unanimidade nos termos do Parecer  
432 Único. O conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa registrou abstenção de  
433 voto. **11) ENCERRAMENTO.** O conselheiro Enio Resende de Souza questionou  
434 se a CAP irá tratar também sobre políticas e instrumentos agrossovilpastoris e  
435 não só de licenciamentos, se tem a previsão de apresentar temas da ordem do  
436 dia para debates, sugestões e articulações. O presidente João Paulo Mello  
437 Rodrigues Sarmiento esclareceu que haverá espaço para discussão de políticas  
438 do setor e ressaltou que já ficou definida a apresentação do programa ABC e  
439 que será marcada reunião para discussão sobre o CAR e o PRA. Destacou  
440 ainda que é fundamental na Câmara a discussão de políticas. O conselheiro  
441 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento fez as seguintes considerações em  
442 relação à discussão do CAR: “Como esse processo passa em um Colegiado do  
443 órgão ambiental, como podemos agilizar para chegar ao PRA? Eu acho que na  
444 reunião extraordinária nós precisamos incluir essas questões concretas, porque,  
445 se der tudo certo ou se der tudo errado, imagina ao longo deste ano nas  
446 diversas instâncias, inclusive, aqui, quantos empreendimentos serão  
447 licenciados. Eu tenho medo de essa energia e esses esforços, inclusive, dos  
448 técnicos, não se desdobrarem para a consolidação do PRA. Por exemplo, esse  
449 empreendimento licenciado vai voltar à estaca zero para fazer o PRA? Eu acho  
450 que as coisas têm que ser racionalizadas. Eu acho que na reunião  
451 extraordinária nós temos que pensar sobre essas questões concretas.” O  
452 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento declarou que o instrumento  
453 tem que ser utilizado e incorporado como política pública e interagir com as  
454 demais políticas públicas. Disse que na reunião isso deverá ser tratado e que,  
455 inclusive, possam ser apresentadas sugestões, por exemplo, sobre como seria  
456 utilizado o CAR nos processos de licenciamento. “E depois que o CAR for  
457 utilizado como será acompanhado o PRA? E no processo de licenciamento tem  
458 essa sequência? São reflexões que eu vejo que poderíamos trazer na nossa  
459 reunião.” O presidente abriu espaço para que outros interessados possam  
460 apresentar sugestões ao debate na CAP. O conselheiro Lucas Amaral de Melo  
461 sugeriu o professor Luiz Antônio Coimbra Borges, que trabalha com a parte de  
462 legislação e treinamento do CAR; e na parte operacional o Samuel. Houve  
463 consenso para que a próxima reunião ordinária da CAP seja pautada para  
464 julgamento de processos, no período da manhã, e para apresentação do  
465 programa ABC e a discussão sobre o CAR e o PRA no período da tarde. Ficou  
466 decidido, no entanto, que a Secretaria Executiva irá avaliar as datas levando em  
467 consideração, inclusive, a agenda de outros Colegiados do COPAM, para a

468 marcação da reunião. Em seguida, não havendo outros assuntos a serem  
469 tratados, o presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento declarou  
470 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

471

472

473

474

475

476

477

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

---

**João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento  
Presidente da Câmara Técnica Especializada  
de Atividades Agrossilvipastoris**